

A ESCOLA COMO OBJETO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

MODESTO, Rosemeire Fernanda Frazon¹

RESUMO

1

A escola tem a função de oferecer experiências concretas fundamentais, que revitalizem uma sociedade democrática e para isso depende da ação democrática de seus professores e gestores. Esse estudo, realizado para obtenção do título de especialista em Coordenação Pedagógica, objetiva propor uma reflexão sobre os determinantes pedagógicos sobre a gestão democrática. A metodologia envolveu investigação empírica em uma escola municipal de ensino e pesquisa bibliográfica. Esta última incluiu levantamento e análise da literatura da área em busca de subsídios teóricos e políticos da escola pública fundamental sobre a gestão democrática.

Palavras-Chave: Gestão Democrática; Conselho Escolar; Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

The school has the function of offering fundamental concrete experiences that revitalize a democratic society and for that it depends on the democratic action of its teachers and managers. This study, carried out to obtain the title of specialist in Pedagogical Coordination, aims to propose a reflection on the pedagogical determinants of democratic management. The methodology involved empirical research in a municipal school of teaching and bibliographic research. The latter included a survey and analysis of the literature of the area in search of theoretical and political subsidies of the fundamental public school on democratic management.

Keywords: Democratic Management; School Council; Political Pedagogical Project

1. INTRODUÇÃO

Entendendo a escola como base para a cidadania, por se tratar de um espaço de aprendizagem e ensino que visa à formação de sujeitos políticos sociais, os gestores têm como principal tarefa transformá-la num lugar de produção de conhecimentos propiciando assim uma educação para a democracia.

No entanto, esta tarefa, apesar de parecer bastante óbvia, se constitui num desafio, pois a escola, enquanto espaço educativo e cultural envolve diferentes pessoas, saberes e práticas, é um lugar de interação e possibilidades, trocas e socializações de saberes e cultura, mas

¹ Mestranda em Educação pela UNESP Marília/SP. Pós-Graduada lato sensu Escola Inclusiva pela UNESP Marília/SP. Pós graduada lato sensu em coordenação pedagógica pela UFSCAR São Carlos/SP. Pós-Graduada lato sensu em Neuropedagogia pelo Instituto Rhema Marília /SP. Docente do curso de Pedagogia da FAEF. Contato: rose_frazon@hotmail.com.

também de conflitos, pois as pessoas apresentam diferentes pontos de vistas e exercitam diferentes formas de solução de problemas.

Dessa forma a construção de uma escola democrática deve contar com alguns mecanismos como o Projeto Político Pedagógico, resultado de um processo coletivo, onde se define as intenções da escola, identifica-se os problemas e as alternativas para solucioná-los.

2

Daí a importância de compreender que a gestão democrática implica em uma participação coletiva, num tipo de poder que não está centralizado, mas na medida do possível é transferido a todos os participantes desse espaço pedagógico. Outro aspecto fundamental é o aparato legal, que define princípios que devem garantir a democratização da educação.

Apesar de ainda enfrentarmos inúmeras dificuldades no processo de democratização da escola, esse movimento não é recente, durante o regime militar, 1964 a 1985 já havia um movimento de expansão da escola pública, que é reforçado pela Constituição de 1988, que define em seu art. 208 que “ O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Art. 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 1988)

A preocupação com a democratização da escola acentua-se, em meados da década de 90, quando surge uma das principais medidas educacionais do país, o processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Para o professor Cury (2014) a LDB apresentou dois avanços significativos: o primeiro foi constituir a educação básica, compreendendo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, como direito e o

segundo refere-se à organização pedagógica, pois libera os estabelecimentos escolares para que possam fazer suas próprias propostas pedagógicas.

Cury (2014) afirma que a LDB aborda aspectos múltiplos da realidade escolar, dando liberdade para as escolas ao fixar normas gerais que podem ser adequadas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) contempla os princípios norteadores da gestão democrática:

Art. 12 - Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - Elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - Informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996)

Nas escolas de ensino regular, seja de Ensino Fundamental ou Ensino Médio, os principais mecanismos da gestão democrática são justamente os órgãos colegiados e o Projeto Político Pedagógico. No entanto, esses instrumentos não garantem por si só a democratização, é necessário conhecer as funções de cada e as principais ações que irão garantir um trabalho eficaz.

O Ministério da Educação define Conselhos Escolares como um órgão colegiado responsável pela gestão da escola, em conjunto com a direção, representado pelos segmentos da comunidade escolar, pais, alunos, professores e funcionários. Seus representantes devem conhecer a legislação, os indicadores educacionais e a realidade do bairro e da escola a que se vincula (BRASIL, 2004, p.28). O papel do Conselho Escolar é o de assumir a luta pela efetivação do direito à educação no âmbito de suas atribuições, ou seja, lutar pela garantia do

acesso à escola, na educação infantil, ensino fundamental e no ensino médio, e para a melhoria do processo ensino – aprendizagem daqueles que estão na escola.

Fica claro que os Conselhos Escolares devem se caracterizar como um espaço de decisão e deliberação das questões pedagógicas, administrativas, financeiras e políticas da escola. Porém, será que na prática, no cotidiano escolar tem-se conseguido garantir a unidade e transparência das ações educativas? Como gestores e demais funcionários da escola tem lidado com a fragmentação do trabalho, com as diferenças, com a transformação da realidade?

Nesse sentido torna-se necessário propor uma reflexão dos determinantes pedagógicos sobre a gestão democrática e sobre a função político-pedagógica dos Conselhos. Política não no sentido partidário, mas, de acordo com o MEC é política na medida em que estabelece as transformações desejáveis na prática educativa e é pedagógica, pois estabelece os mecanismos necessários para que essas transformações aconteçam. (BRASIL, 2004, p. 16)

Quando o Conselho Escolar, por meio de uma gestão democrática, der conta de avaliar o processo educativo, refletir sobre as causas dos problemas diagnosticados e elaborar planos de ações, traçar metas para transformação da realidade, a escola restituirá suas funções primárias, incluir ao invés de excluir, enfatizar a solidariedade ao invés da competição e formar cidadãos. No entanto, não tem como desvincular a comunidade desse processo, daí a necessidade da transparência das ações da escola. “Os dados e as informações recolhidos e analisados pelo Conselho Escolar precisam ser divulgados a toda a comunidade.” (MEC/SEB, 2004).

2. BREVE HISTORICO

A escola EMEF Prof. Isaltino de Campos, local onde as informações de campo foram coletadas, fica localizada na zona norte da cidade, no bairro Parque Nova Almeida, porém atende também alunos do Jardim Primavera devido à proximidade. Ambos são bairros residenciais, carentes, periféricos, que se formaram aproximadamente há uns 30 anos. Devido ao aumento da população e a pobreza, os bairros foram formados inicialmente por favelas, seguido de um programa municipal de desfavelamento com construção do núcleo habitacional. No entanto, nas partes mais periféricas ainda há agrupamento de favelas, o que caracteriza a carência da população, porém observamos que durante os 10 anos de atuação da escola, a condição financeira do entorno tem melhorado.

Nesse contexto a Emef Prof. Isaltino de Campos, cujo ato de criação é a Lei Municipal: n.º 714 de 30/09/99 possuía no período da pesquisa 414 alunos e 21 docentes, entre eles o professor de Educação Física e de Informática. Funciona em dois turnos: manhã e tarde, com 8 turmas regulares por período mais duas turmas de reforço que atendem alunos do 2º ao 5º ano.

Considerando que, apenas 28,2% dos pais dos alunos concluíram o Ensino Médio, a Escola realiza um trabalho de conscientização sobre a importância da Educação frente à realidade atual.

A parceria entre Escola e comunidade é efetiva, estabelecendo metas, critérios e meios para que juntos possamos renovar os conceitos existentes em relação à Educação.

Tendo em vista a realidade da comunidade, a Escola tem a função de intervir nessa realidade e formar alunos e cidadãos capazes de traçar objetivos para alcançarem suas realizações pessoais, agindo e transformando, por meio da convivência e troca de saberes, os valores existentes em seu meio.

Os alunos atendidos apresentam dificuldade de aprendizado principalmente no que se refere à produção de texto. Portanto, as estratégias de intervenção são construídas pela equipe pedagógica levando em consideração os resultados obtidos nas avaliações diagnósticas, procurando evidenciar práticas docentes que atentem para as diferentes metodologias. São traçados objetivos estratégicos que buscam divulgar por meio de reuniões, a importância do processo pedagógico para a formação de um cidadão crítico e coerente, estabelecendo um comprometimento entre a equipe escolar e a família.

Em reuniões semanais nos Horários de Estudo em Conjunto - HEC, bimestrais nos Conselhos de Classe e anuais no planejamento, com o corpo docente, semestrais com o Conselho de Escola, enfatiza-se a importância de se estabelecer um trabalho relacionado à prática, ou seja, ao dia-a-dia da criança, contextualizando a finalidade social da escrita e dos diversos gêneros.

Para isso a escola tem como marco doutrinal a necessidade de uma proposta educacional que tenha em vista a qualidade da formação a ser oferecida a todos os estudantes. O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente se expressa como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas econômicas e culturais da comunidade na qual está inserida, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta aprendizagens essenciais para a Formação de

cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

Isso requer que a Escola seja um espaço de formação e informação, em que a aprendizagem de conteúdos deve necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia -a- dia das questões sociais marcantes e em universo cultural maior.

Neste contexto se concebe a Educação Escolar como uma prática que tem possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente.

Essa educação não e dá apenas nas salas de aula, mas também nos espaços coletivos de debates e reflexões. Para isso a escola tem os colegiados como o Conselho de Escola e o Grêmio Estudantil eleito pelo voto direto dos alunos. Por se tratar de um Grêmio formado por alunos menores de idade, as atividades por eles desenvolvidas são:

Divulgação de eventos promovidos pela Escola;

Participação nos Conselhos de Classes;

Reunião com a Direção e equipe pedagógica, para serem abordados assuntos referentes ao bom andamento da Escola.

Tomar conhecimento juntamente com a Direção sobre os regulamentos (direitos e deveres) dos educandos.

Estar presente em todos os eventos promovidos pela Escola.

Com o objetivo de propor uma articulação entre os professores, alunos, funcionários, Direção, Coordenação, equipe da Secretaria da Educação e comunidade, sensibilizar e envolver a comunidade escolar, garantir o trabalho com a diversidade e garantir a equidade no processo de ensino e aprendizagem a escola propôs em seu planejamento o projeto Escola Descolada, que visa à realização de atividades como um meio para revitalizar a relação escola-família e escola-aluno.

Tal projeto tem como perspectiva a crença que uma Instituição que desenvolve práticas inclusivas e valoriza a gestão democrática encontra na diversidade uma oportunidade para aprender, para questionar o que se faz e propor mudanças dentro e fora das salas de aula. Estas ações possibilitam que a escola crie sua identidade, se reconheça em seu contexto local.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Toda educação varia sempre em função de uma concepção de vida, refletindo, em cada época, a filosofia predominante que é determinada, a seu turno, pela estrutura da sociedade. (AZEVEDO, 2010, p 39).

Nesse sentido, Saviani, (2014), afirma que a escola surge no momento em que surge a propriedade privada. Quando os homens se apropriam da terra, ganham a condição de viver do trabalho alheio, e nesse momento surge uma educação diferenciada à medida que uma parcela pode viver do ócio. A escola nessa época é caracterizada como “lugar do ócio”. Ainda segundo Saviani (2014) esse processo caracterizou a Idade Média. Na escola se desenvolvia atividades físicas, música e a arte da palavra. Contemplava uma minoria, a elite, pois os servos e artesões se educavam no próprio processo de trabalho. Dessa forma a escola representava a divisão entre o trabalho manual e intelectual.

A escola se generaliza a partir do advento da sociedade burguesa que desloca a produção do campo para a cidade, ou seja, a agricultura para a indústria. A partir daí a ciência começa a ser assimilada como meio de produção.

Essas transformações implicam em mudanças nas relações sociais, a sociedade estratificada do período medieval, onde a posição dos indivíduos no meio era determinada hereditariamente, agora se organiza, segundo Saviani, no direito positivo, pois passa a ser determinada pela posição que ocupam no processo produtivo.

Essa vida centrada na cidade e na indústria exige a incorporação da ciência e dos conhecimentos intelectuais. Surge, então, a necessidade da alfabetização como condição de cidadania. Nesse contexto a escola deixa de ser uma forma de educação para pequenos grupos para ser generalizada, surge uma escola primária pública, gratuita e leiga.

A Revolução Industrial coloca a máquina no centro do processo produtivo, o trabalho humano se intelectualiza, a escola passa a ser identificada com Educação. “Pesquisadores, engenheiros e inventores são motivados a aperfeiçoar a indústria. Isso fez com que surgissem novas tecnologias: locomotivas a vapor, barcos a vapor, telégrafo e a fotografia.” (GOMES, 2012, P. 10).

Porém, essa escola que surge no centro da Revolução Industrial não é de qualidade, apresenta altas taxas de analfabetismo, evasão e fracasso escolar. Exerce o papel velado de “abrigo” para as crianças enquanto as mulheres estão no trabalho. Nesse período há também intensificação da exploração do trabalho infantil.

Nas décadas compreendidas entre 1930 e 1960, há no Brasil um movimento de aceleração do modo capitalista de produção o que ocasiona transformações no sistema escolar. A educação passa ser palco de manifestações ideológicas acirradas, pois, interesses opostos vinham disputando espaço no cenário educacional: de um lado, a Igreja Católica pretendendo manter a hegemonia que mantinham historicamente e de outros setores de esquerda, liberais que aderindo ao ideário da Escola Nova, propunham uma escola pública para todos os adolescentes dos sete aos 15 anos de idade. (BITTAR, 2012, p. 161)

A necessidade de implantação de um sistema público educacional no país torna-se condição imprescindível para o seu desenvolvimento econômico. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova surge “como uma reação contra o empirismo dominante e pretendeu um grupo de educadores transferir do terreno administrativo para os planos políticos a solução dos problemas escolares. Com a efervescência intelectual que produziu no professorado, se abriu a escola a esses ares, ao gosto pela crítica, pelo debate e a consciência da necessidade de um aperfeiçoamento constante”. (AZEVEDO, 2010, p.37).

Nesse contexto surge a influência de grandes pensadores como Paulo Freire que preconizava que, “ao enorme contingente que nunca pisara o chão de uma escola, não bastaria apenas alfabetizar com métodos convencionais. Ao contrário, no processo da alfabetização, ao mesmo tempo em que se deveria fornecer aos adultos desescolarizados o instrumental da escrita, seria necessário fornecer-lhes também as ferramentas para interpretar o mundo.” (BITTAR, 2012, p.165).

Durante o regime militar, 1964 a 1985, há um movimento de expansão da escola pública. A Constituição de 1988 define:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, 1988)

Apesar dos movimentos educacionais, na década de 90 a escola ainda registrava muitos problemas sobre a didática dos professores, baixos salários, altos índices de evasão e fracasso escolar, alta carga horária de trabalho. É nesse momento que surge uma das

principais medidas educacionais do país, o processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Para o professor Carlos Jamil Cury, a LDB apresentou dois avanços significativos: o primeiro foi constituir a educação básica, compreendendo educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, como direito e o segundo refere-se à organização pedagógica, pois libera os estabelecimentos escolares para que possam fazer suas próprias propostas pedagógicas.

Assim a LDB dá aos Conselhos Municipais de Educação autonomia, liberdade, favorecendo a gestão democrática, pois ao invés de termos um currículo mínimo fixado em Brasília, os PCNs trazem diretrizes, orientações e os conselhos têm a oportunidade de estabelecer um currículo, articulado com as diretrizes nacionais, porém, que leva em consideração o contexto na qual a escola está inserida, surge a possibilidade de um diálogo com o entorno na qual se situa.

Cury (2014) afirma que a LDB aborda aspectos múltiplos da realidade escolar, dando liberdade para as escolas ao fixar normas gerais que podem ser adequadas.

Diante desse processo histórico podemos avaliar em toda a sua extensão os efeitos de cada transformação, cada movimento educacional, mas pressentimos que a escola hoje tem a missão cada vez mais de oferecer experiências concretas fundamentais, que revitalize uma sociedade democrática, que seja capaz de formar cidadãos capazes de viver e transformar uma sociedade que visa o lucro e a exploração da natureza, aprofundar o conhecimento, revendo seus planos políticos e pedagógicos.

4. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

A sociedade viveu e continua vivendo alterações em todos os âmbitos: político, social, econômico e cultural. A evolução dos meios de comunicação, o advento da internet, da tecnologia afeta consideravelmente a sociabilidade humana. Homens vivem isolados, compartilham o mesmo espaço, mas não interagem. Cada vez mais nos afastamos das relações humanas, da verdadeira comunicação que acontece em lugares de vida em comum. Essas alterações, de certo modo, permeiam a escola, alterando o processo educativo, bem como, seus fins e objetivos no intuito de adequar-se às novas demandas sociais. No entanto, as reflexões feitas por estudiosos deixam claro a falência da escola, a ineficiência diante das mudanças sociais.

Mosé (2014) coloca sobre o fato de vivermos um desenvolvimento tecnológico e uma imaturidade política que gera a impossibilidade de convivência. Segundo ela, a escola produz esses imaturos. Não deveria ser a escola um espaço cooperativo, de convivência, onde se realizam projetos comuns? Outro ponto destacado por Mosé é a busca pelo conhecimento platônico. A escola privilegia o domínio da representação, a palavra, processo de abstração do pensamento e o acúmulo de conhecimento. Observamos, nas salas de aulas de alguns docentes uma valorização excessiva com o produto, desconsiderando o processo na qual a criança passou seus conflitos, hipóteses, conclusões.

O modelo da escola atual é o mesmo desde o surgimento das escolas públicas no auge da Revolução Industrial, segmentado e fragmentado, com o objetivo de preparar os alunos para o mercado de trabalho. Segundo Paro (2014) as escolas ainda existem somente porque dão abrigo às crianças.

Essa constatação nos leva a outra problemática, antes da Revolução Industrial, do surgimento das escolas para a massa, a instrução era a chave que abria as portas do conhecimento e do poder. Os que se submetiam a este processo estavam em uma escala social superior, mesmo que tenha sido pela própria origem ou valor pessoal. Os que estavam sob o comando deles davam muito importância a sua instrução. Essa concepção gerou no imaginário social a crença de que a instrução é fator imprescindível para a ascensão de poder e riqueza e suficiente para tornar o ser humano um homem melhor. Raramente vemos pais de família dizer aos seus filhos “estudem para se tornar um homem melhor, mais leal, ético”, mas, vemos e ouvimos “estudem para se tornarem doutores, terem um bom emprego, um bom salário, não precisar pegar na enxada”.

Essa descrença da sociedade no sistema educativo intensifica a crise que vivemos dentro dos muros da escola. Mosé (2014) ressalta que a escola deve ser aberta para a ação, reflexão, ser o espaço de trabalho do professor, se dedicar ao pensamento e conhecimento e não se dedicar ao caos.

As constatações de pesquisadores da área, intensifica a necessidade de se construir um ambiente democrático de convívio ético, de discutir a realidade da comunidade. Muitas vezes, por atender uma comunidade carente, cedemos às pressões de órgãos superiores que tem uma política assistencialista. A criança vai para a escola para comer, escovar os dentes, não ficar na rua, enfim, vemos a função pedagógica da escola ser substituídas pelas questões emergenciais de sobrevivência, exercendo papéis que seria da Saúde e Assistência Social. É

preciso estar articulado com estes setores, no entanto, o que vemos na prática é uma escola se inflando de objetivos e perdendo sua função principal.

Outro aspecto fundamental na realidade escolar é o fato de que muitos estudos indicam que a escola se revela como um universo onde se busca sempre o caminho mais curto, a solução mais prática, medidas paliativas que aliviam, mas não curam. Isto se evidencia quando Riscal, (2015) coloca que confundimos acesso e permanência na escola com qualidade no ensino, também quando Mosé (2014) diz que suprir necessidade financeira da escola, como qualidade estrutural (formação dos professores, recursos e espaço físico) não garante o bom desempenho dos alunos. Basta matricular o aluno, “reformatar a escola”, oferecer uniforme, material escolar para termos um ensino de qualidade? Confunde-se assim, dados quantitativos com os qualitativos.

Riscal (2015) aponta outro aspecto problemático do universo escolar, desde a promulgação da já não tão nova LDB (Lei 9.394), é que se confundiu acesso à escola com garantia de acesso à educação.

Esse fator é claramente observado no ranque educacional onde municípios exibem o índice de crianças com acesso à escola como sinônimo de investimento em educação. Tal fator gera outro problema muito comum, com salas cheias, professores sofrem a pressão sobre os índices nas avaliações externas. “O delírio da eficiência é potencializado por uma esquizofrênica busca de elevação dos indicadores. A educação se tornou um exercício constante de elevação de índices de aproveitamento escolar.” (RISCAL, 2015, p. 18)

Essa busca desenfreada por índices de avaliações deturpam o próprio objetivo das avaliações, que deveriam ser um indicador para o professor sobre o processo, seu planejamento, suas ações, o que deve ser replanejado e não servir como um instrumento classificatório e excludente. Diante dessas questões quais seriam então as condições necessárias para que o sistema educacional funcione?

Uma das formas de enfrentar essa difícil situação é levar o professor a compreender as diferentes percepções que estão presentes na esfera escolar. Aprender a ver o mundo do ponto de vista do aluno, a aceitação do aluno como o seu outro, seu igual, é o primeiro passo para uma mudança estrutural nas práticas escolares. (RISCAL, 2014, p.21)

Essa transformação implica em mudança de comportamento dos educadores por meio de novas concepções do universo escolar.

Mosé (2014) afirma que a escola tem que aprender e não pode mais ensinar, o professor não deve ensinar e sim estimular a aprendizagem, ter interesse por tudo e não saber tudo. É preciso entender que só aprendemos o que nos toca, o que nos move, ninguém ensina o que o outro não está pronto para saber.

5. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO PEDAGÓGICA

Depois de tudo que foi exposto, das dificuldades enfrentadas no cotidiano de uma escola que busca a democratização, fica a questão, porque essa busca por uma democratização das escolas? Qual o papel da gestão democrática no cotidiano escolar? Ao pensarmos nessas questões devemos pensar também nas características de uma educação comprometida com o processo de formação crítica do cidadão. Se as transformações pela qual passa a sociedade e as novas condições da vida não são capazes de transformar o pensamento do homem, a cultura individualista, a prática assistencialista, a hierarquização de posições e funções sociais, então é papel da escola transformar esse cidadão.

Teríamos então de nos servir de toda a força democratizadora do diálogo, com que evitássemos e superássemos o perigo do alongamento da assistência prestada ao operário pela instituição em assistencialismo. Assistencialismo que deforma o homem. Que “domestica” o homem. (FREIRE, 1959, p. 14)

Assim pensar no papel da gestão democrática no cotidiano escolar implica pensar numa escola que avançou do assistencialismo, onde o professor detém o poder e o saber e os alunos são meros expectadores, onde a direção elabora o Projeto Político Pedagógico - PPP e os docentes são passíveis, para uma prática dialógica, cooperativa, onde todos compartilham reflexões e produções.

Daí a importância de compreender que a gestão democrática implica em uma participação coletiva, num outro tipo de poder, que não está centralizado, mas na medida do possível é transferido a todos os participantes desse espaço pedagógico.

É na ação comum dos professores, em sua livre associação que se consegue um dinamismo do saber. Dessa forma o papel do professor torna-se essencial para que se efetivem práticas democráticas, é preciso estudar, pesquisar na medida do compromisso do Projeto Político Pedagógico que ele ajudou a construir, levando em conta a diversidade, estar atento a pluralidade cultural que permeia os espaços das escolas. Assim o estudo das matérias deve estar vinculado à realidade concreta na qual se vive. O professor tem o desafio de estudar os

diferentes repertórios em sala de aula e recriá-lo, não podendo exercer o papel de um mero executor de ações políticas.

A escola existe para ensinar, mas o aprendizado não deve operar-se por uma intervenção externa ao aluno. O essencial deve provir do próprio aluno. Ora, a necessidade de saber nasce do obstáculo, da descontinuidade nas evidências, da ignorância e da pesquisa que levará ao conhecimento. Para ser eficaz, a busca do conhecimento deve ser espontânea, motivada pela necessidade interior daquele que procura e pesquisa. (LEGRAND, 2010, p. 29)

Essa democratização da escola se exprime também pelas relações afetivas que se dão dentro dela. Nesse sentido o professor desempenha um papel fundamental, pois o aluno tem necessidade de um olhar, de um gesto positivo. Precisa saber que encontrou na escola a possibilidade de falar com alguém que o escute, de escrever a alguém que o leia e o compreenda, de produzir algo útil, de ver sentido no aprendizado e ressignificar o conhecimento.

Esse vínculo estabelecido entre o professor e o aluno, enche os alunos de ideais, de perspectiva. Passa a ser possível a elaboração coletiva de projetos, a interdisciplinaridade, ou seja, as matérias deixam de ser estanques, e passam a ter significados, aprender na ação se torna mais importante do que “decorar” conteúdos, o PPP se reflete na prática, todos se sentem parte de um projeto pensado e elaborado coletivamente.

Nessa perspectiva o trabalho dos gestores passa a ser subsidiado por essa ação coletiva, democrática. Considerando que umas das funções do gestor é a socialização do saber docente, quando o grupo está comprometido e motivado a troca de experiências, socialização, discussão e reflexão a responsabilidade desse trabalho passa a ser compartilhada, o trabalho acontece com a colaboração de todos. Todos se tornam corresponsáveis pelas ações, resultados, erros e acertos. Dessa forma o elo com a comunidade educacional e a implementação do PPP tornam-se concretas.

A ação do professor é fundamental para a democratização plena do ensino. Experiências cooperativas, dialógicas, precisam ser inteiramente consideradas a fim de interessar pais, docentes, alunos, legisladores, por realizações educacionais que visam à formação humana, pois as transformações da sociedade não estão sendo capazes de transformar o Homem, como um ser “livre”, “crítico”, “cooperativo” e que são as realizações educacionais que visam à formação humana, cabe à escola o importante papel na constituição não só de seu espaço democrático, mas de uma sociedade democrática.

6. O PAPEL DOS CONSELHOS ESCOLARES NA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A luz das teorias até aqui introduzidas, a realidade indica que apesar de gestores, professores terem como meta o desenvolvimento da criticidade, da autonomia do aluno, e, portanto, terem objetivos que apontam para uma democracia, muitas vezes o cotidiano escolar favorece a manutenção da “velha ordem”, devido as inúmeras tensões, conflitos e pressões.

O papel do Conselho Escolar é o de assumir a luta pela efetivação do direito à educação no âmbito de suas atribuições. Ou seja, lutar pela garantia do acesso à escola, na educação infantil, ensino fundamental e no ensino médio, e para a melhoria do processo ensino – aprendizagem daqueles que estão na escola.

Fica claro que os Conselhos Escolares devem se caracterizar como um espaço de decisão e deliberação das questões pedagógicas, administrativas, financeiras e políticas da escola.

Os órgãos colegiados, como grêmios estudantil, Conselho de Escola, Associação de pais e Mestres, Conselhos Municipais de Educação, cumprem o importante papel de efetivar a participação coletiva dos seus membros.

Porém, quando o problema deriva de uma Direção autoritária, receosa com mudanças, descompromissada, e que acredita ser melhor manter a realidade do que transformá-la, não é possível lidar com as diferenças que marcam os sujeitos que participam do processo educativo significa desconsiderar a opinião do grupo apesar de permiti-lo falar. Essa postura autoritária do gestor, inevitavelmente, gera conflitos, pois a equipe se sente desrespeitada e desvalorizada, além do que, fica evidente, o poder das decisões administrativas centralizado nas mãos da direção. No entanto, qual processo pedagógico não passa pelo administrativo, político, como encaminhar um projeto sobre leitura sem planejar e obter autorização e transporte para um passeio à biblioteca, a museus, a teatros, sem escrever cartazes e afixá-los nos principais pontos comerciais do bairro?

Essa postura revela a inibição do grupo nos Conselhos, qual o sentido de participar se as ações não são efetivadas na prática, se o programa é imposto. O Conselho, nessa perspectiva, acaba se tornando um teatro onde os professores, funcionários e comunidade fingem serem os atores, mas o texto já está pronto

Quando a escola abre suas portas para a comunidade a transparência nas suas ações torna-se um dever, porém, ressalta-se a importância da ética nesse processo. O objetivo não é socializar os “culpados”, apontar os alunos, gestores e professores que apresentaram dificuldades, e sim conscientizar sobre a necessidade de rever a utilização dos instrumentos de avaliação, de atender as necessidades educacionais dos alunos.

Assim o Conselho, em sua dimensão mobilizadora, deve se reunir com frequência, com pauta previamente elaborada. Dentre os assuntos a serem abordados, cabe também ao Conselho de Escola, a competência fiscal, com o intuito não só de fiscalizar as verbas escolares, mas também acompanhar as demandas e a aplicação dos recursos.

Uma gestão democrática depende da autonomia que cada membro do Conselho possui, no sentido de que as metas e plano de ação sejam discutidos e traçados com a participação de todos. As reuniões em si, não significam uma democracia se os membros não tiverem autonomia para opinar e tomar decisões. Para ser eficaz o Conselho deve efetivamente contar com a participação e com as ideias de todos.

A gestão democrática através de conselhos representa um eficiente caminho de democratização das ações da escola, uma vez que eles assumem o papel de mediadores entre a sociedade e a escola, de forma a situar as ações do sistema de ensino na lógica da cidadania, o que significa que somente com a participação efetiva de todos os segmentos da escola é que temos efetivamente um Conselho escolar.

Essa democratização da escola se exprime também pelas relações afetivas que se dão dentro e fora dela. Esse vínculo estabelecido entre os diversos segmentos, professor, aluno, gestor, comunidade, torna possível a elaboração coletiva de projetos, a interdisciplinaridade, o PPP se reflete na prática, todos se sentem parte de um projeto pensado e elaborado coletivamente.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, F. et al. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. In: **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010. Coleção Educadores Mec.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____, Ministério da Educação; **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**; Secretaria de Educação Básica Brasília DF -novembro de 2004.

16

BITTAR, M. **História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade**. Acta Scientiarum Education. Maringá, v. 34, n.2, p. 157 -168, July-Dec., 2012

CURY, Jamil. **LDB Educação Básica**. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bwBl6BOr8jo>>. Acesso em: 25 agosto 2015.

FREIRE, P. R. N. **Educação e atualidade brasileira**. Tese de concurso para a cadeira de história e filosofia da educação na Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, 1959.

GOMES, C. **Revolução Industrial**. 2013. Disponível em <<http://www.infoescola.com/historia/revolucao-industrial/>> acesso em 26 agosto 2015.

LEGRAND, L. **Célestin Freinet**, tradução e organização: José Gabriel Perissé. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010.

MOSE, Viviane, CPFL Cultura Café Filosófico, *Educação*. 2014 disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hRfZLQrAt5A>> acesso em 25 junho, 2015.

PARO, Vitor. **Todos pela Educação**. 2014 disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=r-4iV6aAl4E>> acesso em 25 de junho, 2014.

RISCAL, Sandra A. **O papel do Coordenador pedagógico na gestão democrática da escola e na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola**. Disponível em:

http://www.cfge.ufscar.br/file.php/372/Material_didatico/o_papel_do_coordenador_pedagogico_na_gestao_democratica_da_escola_e_na_elaboracao_do_projeto_politico_pedagogico_da_escola_sandra_a_riscal.pdf> Acesso em 20 de junho de 2015.

SAVIANI, D. **Escola: dominação ou transformação?** 2014 Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=bwBl6BOr8jo>> Acesso em: 25 agosto 2015.